



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 353 -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pela Senhora Primeira Secretária, Maria Lúcia Braga Araújo, e pelo Senhor Deputado do Grupo Municipal do MIAP, Arménio de Almeida Cerca, em substituição da Segunda Secretária, Senhora Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos:---

----- Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** "Apreciação e votação da Ata n.º 352 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"; -----

----- **Ponto dois:** "Informações para conhecimento"; -----

----- **Ponto três:** "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA".

----- Período da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** "Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA"; -----

----- **Ponto dois:** "Eleição de quatro pessoas para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Anadia, nos termos da alínea I) do art.º 2.º da Portaria n.º 1226-DZ/2000, de 30 de dezembro"; -----

----- **Ponto três:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido no art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e no art.º 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto"; -----

----- **Ponto quatro:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial"; -----

----- **Ponto cinco:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2021/2025, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA"; -----

----- **Ponto seis:** "Apresentação discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do procedimento para aquisição de 2 viaturas ligeiras de passageiros elétricas, de acordo com o estabelecido na da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro"; -----

----- **Ponto sete:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2021, de acordo com o estabelecido na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA"; -----

----- **Ponto oito:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de abertura de procedimentos concursais, de acordo com o estabelecido no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto"; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ponto nove:** "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto final de Regulamento de Gestão de Resíduos, Salubridade e Higiene Urbana do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA".-----

----- **Período de Intervenção do Público:** -----

----- "Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP; -----
- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP, substituída por Luís Manuel da Silva Ferreira; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • Victor Manuel Santiago Tavares – GM do PPD/PSD; -----
- • Elisabete da Conceição Aguiar Garrido – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – CDS/PP; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do MIAP; -----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do PPD/PSD; -----
- • Manuel de Oliveira Marinha – GM do MIAP; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
- • Filipa Cardoso Tomás – GM do PPD/PSD, substituída por Fábio Alexandre Pereira Almeida; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP. -----

----- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita; -----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores; -----
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
----- Não compareceu à sessão a seguinte Senhora Deputada Municipal do respetivo GM: -----
----- • Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves – GM do PPD/PSD; -----
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
----- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Vereador; -----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
----- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
----- • Anabela Fernandes de Melo – PPD/PSD – Vereadora; -----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência; -----
----- • Ricardo César Galante Oliveira Manão – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. - ----- Apresentados os cumprimentos, com uma saudação especial para todos os que seguem em direto esta sessão da Assembleia Municipal através do canal YouTube, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os presentes para o cumprimento e para a observância das regras de proteção e controlo do COVID e começou por dar nota dos pedidos de substituição, com base no artigo décimo segundo do RAMA, apresentados pela Senhora Segunda Secretária, Maria Alexandra Ferreira Henriques, do Grupo Municipal do MIAP e pela Senhora Deputada, Filipa Cardoso Tomás, do Grupo Municipal do PPD/PSD, os quais informaram que se fariam substituir, nos termos do artigo décimo sexto do mesmo Regimento, respetivamente, por Luís Manuel da Silva Ferreira e por Fábio Alexandre Pereira Almeida.-----
----- Os pedidos foram aceites nos termos do artigo décimo sexto da mesma norma legal tendo sido verificada a identidade e legitimidade dos Senhores Deputados. -----
----- Mais informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal do PPD/PSD, enviou um pedido de justificação de falta por motivo de saúde e que não se fez substituir. -----
----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os presentes para a necessidade de assinarem o Livro de Presenças. -----
----- Antes de passar à ordem de trabalhos aprovada pela Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente informou o plenário de que se encontrava disponível para consulta toda a correspondência recebida e expedida pela Mesa da Assembleia Municipal, no intervalo das sessões, conforme preceituado na alínea s), do número um, do artigo vigésimo primeiro do RAMA. -----
----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha sido emitida uma nota de imprensa para reforço da informação e publicitação desta sessão. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Face à ausência da Senhora Segunda Secretária, Maria Alexandra Ferreira Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a colaboração do Senhor Deputado Municipal Arménio de Almeida Cérca, do Grupo Municipal do MIAP, para completar a Mesa, agradecendo desde logo a sua disponibilidade.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa, confirmada a presença de vinte e nove Senhoras e Senhores Deputados Municipais na sala, a sua legitimidade, e constatada a existência de quórum, conforme previsto no número um, do artigo trigésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram catorze horas e cinquenta e dois minutos, a qual anunciou ter sido convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA, e cuja organização de trabalhos observaria o preceituado nos artigos trigésimo quinto, trigésimo sexto e trigésimo sétimo do supracitado Regimento.-----

----- Apresentada a informação relativa às presenças e procedimentos regimentais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que, de seguida, iriam passar ao: -----

----- Ponto um do Período de Antes da Ordem do Dia: “*Apreciação e votação da Ata n.º 352, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 35.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*”. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou da correção de alguns lapsos ortográficos detetados na sua redação, que foram colmatados e que passou a citar: -----

----- “Na página 7, linha 20, consta “Poder local” corrigir para “Poder Local”, na página 7, linha 21, consta “mail” corrigir para “mais”, na página 12, linha 32, consta “Ruiu” corrigir para “Rui”, na página 12, linha 34, consta “que que” corrigir para “que”, na página 12, linha 39, consta “politica” corrigir para “política”, na página 16, linha 9, consta “à votação à votação” corrigir para “à votação”, na página 20, linha 6, consta “publica” corrigir para “pública”, na página 20, linha 38, consta “auxilio” corrigir para “auxílio”, na página 21, linha 28, consta “industria” corrigir para “indústria”, na página 22, linha 18, consta “cientificas” corrigir para “científicas”, na página 23, linha 14, consta “explicito” corrigir para “explícito”, na página 26, linha 30, consta “executivo” corrigir para “Executivo” e na página 37, linhas 36 a 38, e página 38, linha 1 apagar -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPS/PSD, efetuou uma declaração de voto oral.”-----

----- A Mesa recebeu uma proposta de correções à ata apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP, tendo o Senhor Presidente da Assembleia agradecido a colaboração do Senhor Deputado e referido que algumas correções já tinham sido mencionadas na sua anterior intervenção, e informado que em relação à correção proposta para a linha 7 da página 11, e apesar de ter sido constatado o lapso, o mesmo não foi corrigido por se tratar de uma transcrição e por tal não poder ser alterada, igual caso se passou com a transcrição da Moção apresentada pela Senhora Deputada Municipal Sandra Silva, do CDS-PP, em que consta ecoponto com um hífen. Em relação à omissão na página 24 da resposta da Senhora Presidente da Câmara à intervenção da Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, a Mesa aceita a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta de correção apresentada pelo Senhor Deputado e será acrescentado o respetivo esclarecimento ao texto da ata. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, a fim de propor alterações à ata, nomeadamente a indicação, aquando das suas intervenções, do Partido Político que representa nesta Assembleia Municipal, a inclusão, na página 24, da intervenção da Senhora Presidente da Câmara em resposta às questões por si colocadas, a uniformização da sua identificação, pois umas vezes é referenciada como Sandra Silva e outras como Sandra Queirós e, por último, na página 4 a linhas 33, propôs uma alteração à ata e na mesma não é perceptível se esta foi aprovada tacitamente. -----

----- Em resposta o Senhor Presidente da Assembleia informou a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, da aceitação das alterações propostas e que em relação à omissão da intervenção da Senhora Presidente da Câmara, que também foi detetada pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, é perfeitamente assumida a sua inclusão. -----

----- E não havendo qualquer pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ata à votação, tendo anunciado, como resultado, num universo de vinte e nove Deputados, a aprovação da Ata n.º 352, respeitante à sessão ordinária realizada no dia 9 de dezembro de 2020, por maioria, com vinte e um votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Manuel José Santos Pinho, Luís António Sousa Pinto dos Santos, Maria Lúcia Braga Araújo, Carlos Delfim de Almeida Correia, Arménio de Almeida Cerca, Nuno Ricardo da Costa Portovedo, Elisabete da Conceição Aguiar Garrido, José Manuel Oliveira Carvalho, Manuel de Oliveira Marinha, Ana Paula dos Santos Alves Allen, Manuel Baptista Veiga, José Arlindo Fernandes Simões, António Floro dos Santos Ferreira, Mário Severo de Matos Marinho, António Ferreira de Carvalho, Carlos Dinis da Silva Torres, Ema Paula da Silva Dias Pato, Fernando Adelino Pina Fernandes e Óscar dos Santos Ventura, do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD Vítor Manuel Santiago Tavares e da Deputada Municipal do PNT, seis votos contra, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e Fábio Alexandre Pereira Almeida, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e duas abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP Aníbal José Franco Ferreira e Luís Manuel da Silva Ferreira. Na altura da votação, não se encontravam presentes a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD e o Senhor Deputado António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, apresentou uma Declaração de Voto que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Declaração de voto contra à ata nº 352-----

Esta ata não traduz um relato fidedigno de tudo o que ocorreu na sessão a que diz respeito, caracterizada por uma narrativa sustentada em informação truncada ou pouco rigorosa dos acontecimentos, onde se incluirá o debate à volta das temáticas abordadas, ou os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posicionamentos assumidos face aos problemas levantados. A mensagem transmitida chega a induzir em erro qualquer munícipe que, perante os condicionalismos que o impediram de estar presente na sessão visada, procure inteirar-se do que foi debatido.-----

Mesmo que resumidamente, é possível fazer de forma clara, simples e concisa um relato oficial de tudo o que se passou e decidiu durante a sessão a que diz respeito.-----

Assim, porque não se observa uma mudança de procedimentos, porque os documentos apresentados continuam a não refletir de forma fidedigna o que efetivamente ocorreu na sessão, por a omissão de factos e até a promoção de uma adulteração de factos não se coadunar com os princípios de abertura e transparência aos municípios, o PCP vota contra a ata número 352, em respeito pela responsabilidade de informar que nos é imputada enquanto representantes eleitos."-----

----- Em declaração de voto o Senhor Deputado João Gaspar declarou que o Grupo Municipal do PPD/PSD vota contra a ata e que adere à declaração de voto do Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP. -----

----- A Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, apresentou uma Declaração de Voto que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Declaração de Voto-----

Concluímos que a simples leitura da ata não permite ao cidadão tomar conhecimento do que se passou em Assembleia, uma vez que esta não reproduz fielmente o que se passou. -----

A Lei, nomeadamente o artigo 34.º do CPA, preceitua e diga-se é clara e inequívoca que a ata tem que conter "um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido" -----

Não se pode transcrever na totalidade o que é falado por uns deputados, parcialmente por outros, fazer-se resumo apenas em algumas situações, referenciar que existiu uma intervenção e que a Senhora presidente respondeu ou esclareceu às questões colocadas, que é o que acontece in casu.-----

Situações destas poderão até sugerir uma ideia de conveniência do teor daquilo que é transscrito para ata e não será certamente isso que se pretende. -----

Ora, a verdade é que o método utilizado de execução/elaboração da ata contribui inclusivamente para descontextualizar o que é transmitido relativamente aos assuntos tratados, o que tem despoletado os frequentes pedidos de correções apresentados em assembleia e exemplo vivo disso foi o que se passou na última assembleia.-----

E até da leitura da ata não é possível discorrer o alarido que ocorreu em torno disso. -----

Há algum tempo atrás foi de assinalar alguma melhoria na sua elaboração, mas ainda assim continuava aquém do exigido e em concreto relativamente a esta ata consideramos existir um recuo.-----

Tudo isto justificou a nossa votação." .-----

----- Ponto dois do Período de Antes da Ordem do Dia: "*Informações para conhecimento*". -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento às Senhoras e aos Senhores Deputados Municipais dos documentos que se encontram na pasta da correspondência



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas aos quais reputou maior importância, nomeadamente, as respostas aos requerimentos apresentados pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, a resposta ao Senhor Presidente da JSD de Anadia, o parecer da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, sobre as transmissões *online* das sessões da Assembleia Municipal, o relatório do Auditor Externo, o relatório da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Anadia, a informação da Câmara Municipal quanto à transferência de competências no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização e a informação da Câmara Municipal do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Tecido Social e Económico, bem como das normas de execução.

----- Ponto três do Período de Antes da Ordem do Dia: "*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA*". -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que deram entrada na Mesa uma Moção, dois Requerimentos e uma Proposta, que serão oportunamente abordados. –

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Ex.ma Senhora Presidente da Câmara: -----
Relativamente aos edifícios de Anadia e de Sangalhos dos Serviços de Luta Antituberculose, o executivo já tem dados mais concretos sobre a concretização da transferência de competências, no domínio da gestão de património? -----

Fica acautelado que esses edifícios sejam incluídos no património do Município, atendendo a que a requalificação dos mesmos será suportada pela autarquia? -----

E, finalmente, qual a futura utilização prevista para esses imóveis?" -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, que efetuou a seguinte intervenção por escrito que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Exma. Senhora Presidente da Câmara, -----

Começo por apresentar os meus cumprimentos, sendo os mesmos, através de V. exas., extensivos a todos os presentes nesta sala. -----

O executivo camarário aprovou um reforço do programa Municipal de apoio extraordinário ao tecido social e económico do concelho de Anadia que intitulou de "ANADIA ESTAMOS JUNTOS E JUNTOS RECUPERAMOS". -----

E Sra. Presidente e restante executivo, se a política existe para o bem-estar de um povo, este é um exemplo disso mesmo, um exemplo de bem servir e de estar ao lado dos municípios numa altura tão difícil como aquela que atravessamos, e que dura há já um ano. Como disse, este programa não é o primeiro, é já um reforço ao programa do ano anterior, e também um reforço das medidas de apoio disponibilizadas pelo estado central. -----

Trata-se de um programa que não deixa ninguém para trás, um programa abrangente, e que não esquece as atividades económicas afetadas, com uma lista de atividades e que agrega



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todas existentes no concelho, não esquece o apoio à preservação dos postos de trabalho, não esquece o apoio ao emprego, não esquece o apoio às pessoas e às famílias, não esquece os nossos Bombeiros e as nossas IPSS, não esquece as nossas escolas e não esquece as nossas crianças e os nossos jovens. -----

Enfim, um programa bem estruturado, com regras claras e bem definidas! -----

Como tal, não pode o grupo municipal do MIAP deixar de parabenizar o executivo pela implementação deste programa. -----

E assim Sra. Presidente gostaria de colocar duas questões: -----

A primeira, saber qual o custo já contabilizado destas medidas e de todas as outras (álcool gel, equipamentos de proteção individual, testes, etc.)? -----

A segunda, saber deste reforço do plano como está a correr em termos de adesões e aprovações de processos? -----

Obrigado! -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência, que se encontra em fase de consulta pública e no qual Anadia não foi contemplada com o nó de acesso à autoestrada, questionando a Senhora Presidente da Câmara se pretende fazer ou se já fez alguma intervenção participando nessa consulta, se nesta segunda vaga da pandemia foi feita alguma remodelação dos serviços prestados pela Unidade Móvel de Atendimento, especialmente no acompanhamento de idosos e pessoas isoladas e, por último e em relação ao contrato celebrado com a Rodoviária, que se encontra na base de contratos públicos *online*, solicita, se for possível, a prestação de esclarecimentos adicionais sobre a prestação de serviços da rede de transporte de passageiros. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, afirmando que como o nó da autoestrada não consta do Plano de Recuperação e Resiliência, gostaria de perceber se a Câmara vai participar, se houve alguma coisa que não correu bem e porquê e se foi dada alguma resposta ou esclarecimento à Câmara a esse respeito. Em relação à proposta do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara é feita uma referência ao nó de acesso à autoestrada, gostaria de saber se a obra é dada como certa e que o nó não poderá posteriormente ser alterado para outro local. -----

----- Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, referiu que dentro da mesma área e do mesmo espírito, relativamente ao Projeto de Resiliência tinha uma dúvida muito concreta, a Senhora Presidente esteve presente, conjuntamente com o na altura Presidente da Câmara de Águeda, numa inauguração com o Senhor Primeiro Ministro, em que foi ventilada a hipótese de um hipotético acordo para a instalação de um nó da autoestrada numa determinada zona, que não lhe interessava de momento dizer. -----

----- Continuando afirmou que a situação neste momento é que Águeda nos passou à frente e que a transmissão que aparece no jornal, segundo a informação do Senhor Presidente, é que foi em colaboração com o Senhor Presidente da CIRA ou mesmo com o Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara de Aveiro. A sua dúvida é que, se isso for verdade, então nós fomos ultrapassados e acompanhámos a situação ou, pura e simplesmente, estrategicamente Anadia foi colocada de lado? -----

----- Mais afirmou que a situação em que estamos neste momento relativamente a isso e a qualquer outra situação, já não falando só do nó da autoestrada, existem outras valências que nos poderiam servir e ajudar a desenvolver o Município. Como por exemplo a ligação de Coimbra a Oliveira de Azeméis da autoestrada ou outra via, porque no fundo Águeda vai ter, segundo a informação, três novos acessos ou três novas facilidades de acesso e tanto quanto nós conseguimos avaliar não temos nenhum. -----

----- Por último e em relação ao COVID questionou a Senhora Presidente da Câmara se já tinha alguns dados sobre a vacinação. -----

----- Questionada pelo Senhor Presidente da Assembleia se pretendia tecer algum comentário, a Senhora Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer aos colaboradores responsáveis pela transmissão online desta sessão, de forma que os Municípios que nos acompanham de casa possam acompanhar-nos nas melhores condições. -----

----- Prosseguindo e em reposta ao Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, entre outros esclarecimentos, informou-o que os serviços do INEM, que de momento se encontram sedeados no Anadia Sport Center, de futuro serão instalados no Edifício do SLAT de Anadia. -----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmou que relativamente ao Programa Municipal de Apoio ao Tecido Social e Económico, os custos estimados no primeiro programa de apoio, no ano passado, foram de 800.000,00 euros e que para este Apoio Extraordinário disponibilizaram cerca de 500.000,00 euros, existindo já neste momento 77 candidaturas ao apoio ao comércio e indústria em fase de avaliação. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, informou-o de que a prestação de serviço da rede de transportes a que o mesmo aludiu é o ANADIA SIM, que está a prestar um serviço à população de acordo com os circuitos previamente estabelecidos. Em relação à Unidade Móvel de Atendimento temos orientações por parte da Direcção-Geral de Saúde e todas as nossas intervenções são articuladas com a nossa Delegada de Saúde, tendo os serviços sido remodelados nesta fase de confinamento, nomeadamente, fazendo a entrega de livros porta a porta, pelo que estamos a fazer o que nos é possível e nos é permitido. -----

----- Quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência informou que iria responder aos três Deputados, ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, à Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP e ao Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, dizendo que na passada sexta-feira respondeu, no âmbito do período de discussão pública, em nome do Município de Anadia e que deu conhecimento aos Senhores Vereadores e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas que os Senhores Deputados deveriam estar atentos, consultarem o documento e darem o seu contributo e para que não hajam dúvidas procedeu à leitura da sua intervenção:-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "O Município de Anadia lamenta que passadas pelo menos duas décadas e inúmeras posições da Câmara Municipal e Moções da Assembleia Municipal que foram apresentadas ao Governo, não tenham até esta data sido atendidas. -----

A alternativa variante ao IC2/EN1 não foi consequente, tendo até recentemente sido revogadas as serviços relativas aos corredores non aedificandi numa das últimas propostas da A32, mas que entretanto até inviabilizaram alguns investimentos no Concelho de Anadia. -----

O acesso de ligação à A1 com a criação do nó tem provocado inclusivamente várias alternativas, tais como o estudo de possível ligação à A17 com eventual construção do IC12. -----

De proposta em proposta, de corredor para corredor, acabamos sempre por ver adiada esta pretensão de vital importância para os Anadienses, sobretudo para os agentes económicos. -----

Em articulação com os Municípios de Oliveira do Bairro e Águeda desenhamos nos nossos PDM a possível ligação da EN1/IC2/Variante à EN235 às diferentes zonas industriais de ambos os Concelhos. -----

Com efeito a criação deste nó nesta possível ligação serviria os três Concelhos e, por conseguinte, reforçaria os investimentos que têm sido feitos e que se continuam a fazer, na expansão das áreas de acolhimento empresarial.-----

Esta proposta está igualmente integrada no PINTRA – Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte da Região de Aveiro. -----

Com efeito o Plano de Recuperação e Resiliência continua apenas a inscrever os investimentos que já constavam do PNI 2030. -----

Reiteramos o nosso interesse dando prioridade à criação do nó de ligação à A1, tal como inúmeras vezes o temos exposto, reconhecendo o interesse supramunicipal. -----

Esperamos que Anadia não fique mais uma vez esquecida, sem a possibilidade de também usufruir da melhoria das acessibilidades que a outros Concelhos se definam assim sucessivamente."-----

----- Mais informou que solicitou aos Senhores Vereadores que fizessem passar a mensagem aos agentes económicos. -----

----- Continuando afirmou que se a reivindicação de Anadia já tinha mais de duas décadas a da ligação de Águeda a Aveiro já tinha mais de três décadas, tratando-se de reivindicações muito antigas.-----

----- De seguida informou os elementos presentes que na última reunião da Comunidade Intermunicipal entendemos que cada Município se pronunciasse em relação ao PRR, mas que também fosse elaborado um documento conjunto, porque há graves falhas no interesse da Região. -----

----- Mais esclareceu que isto é responsabilidade de todos os Governos que por lá passaram, porque por exemplo a ligação de Coimbra a Oliveira de Azeméis foi o PSD, que na altura estava no Governo, que a suspendeu porque não havia dinheiro. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmou que quando se referiu a uma reunião que teve em Águeda na inauguração de uma empresa, em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que esteve com o antigo Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e o antigo Presidente da Câmara Municipal de Águeda e entregaram uma carta ao Senhor Primeiro Ministro manifestando as nossas reivindicações, o Senhor antigo Presidente da Câmara de Águeda estava alinhado na mesma com este nó da autoestrada, como está o atual.

----- Por último informou que a Câmara Municipal já se tinha manifestado junto do Senhor Presidente da República, do Senhor Primeiro Ministro, do Senhor Presidente da Assembleia da República, dos vários Ministérios, já tinha tido reuniões com os Deputados de vários partidos, mostrando o nosso desagrado por o nó de Anadia de acesso à autoestrada não estar ainda identificado.

----- Concluiu solicitando a participação dos Senhores Deputados Municipais nesta fase de consulta pública.

----- Em relação à vacinação informou não ter presente qual a percentagem estabelecida a curto prazo, porque vai depender da quantidade das vacinas recebidas, mas que de momento já praticamente todos os idosos que se encontram nos lares receberam a segunda dose.

----- Devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra:

----- "O Governo Português, através do Ministro do Planeamento colocou em discussão pública, até ao próximo dia 1 de março, o PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA que "foi elaborado com o objetivo de promover as reformas e investimentos que promovam a Recuperação e construam o Futuro. Um Portugal mais justo e resiliente, mais sustentável e mais competitivo.

O PRR é de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, com recursos que ascendem a cerca de 14 mil M€ de subvenções, um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década."

-Todos temos consciência que a situação pandémica, as decisões políticas sobre o modus operandi como a mesma tem sido encarada e o comportamento dos cidadãos, que vão proporcionando avanços e recuos no combate ao vírus e no regresso à normalidade, têm gerado nas pessoas de todo o mundo graves e difíceis problemas financeiros. (Não falamos aqui dos sociais e psíquicos, quiçá os mais importantes no final destes tempos, porque não é o momento nem o objeto desta reflexão).

Muitos vêm dizendo o quão mais difíceis seriam estes momentos se não estivéssemos integrados na União Europeia e a beneficiar dessa estrutura mais sólida, mais desafiante e com mais respostas do que se estivéssemos sozinhos e vivéssemos apenas dos rendimentos nacionais do suar do rosto dos nossos concidadãos.

Também por isso se acalentou esperançosamente que o apoio vindo de fora seria, como refere o Ministro do Planeamento, um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

retomar o crescimento económico sustentado. -----

Mas abrimos o documento e o que vemos são um conjunto de intenções decoradas com a frase "como exemplo". O governo não propõe aos cidadãos um conjunto alargado de iniciativas e de apoios onde se possa perscrutar, de forma clara e objetiva, para onde irão os tais biliões de euros que a europa está disponível a colocar em Portugal.-----

Podemos sempre dizer que este Plano é dinâmico, que se encontra em discussão, que a sua versão final será mais concreta, justa e igualitária; -----

Poderemos sempre dizer que a consulta pública vai tornar mais presente os desejos e necessidades dos cidadãos, que não se pode enviesar o pensamento decisório das pessoas e das instituições quando se lhe pede opiniões e já enviamos soluções.-----

É verdade. Ficaria muito apreensivo se estivessem a pedir a minha opinião para um facto consumado. -----

Mas como caminhamos se pelo menos não nos mostrarem o carreiro, que mais tarde se pode transformar em auto estrada? -----

Desçamos ao nível que mais nos importa. -----

Na década de oitenta do século passado, o Governo Português entendeu que a estratégia de desenvolvimento nacional passava pela abertura de grandes corredores rodoviários que atraíssem a determinados locais investimento e pudessem ser fator de rápido escoamento de bens.-----

Desde quase essa altura que tenho assistido a um enorme forcing por parte do poder local do nosso concelho no sentido de que, pelo menos, existisse uma ligação, nó, à A1. Já para não falar de outros eixos rodoviários e ferroviários, entretanto abandonados. -----

A resposta a esta pretensão descansa sempre na mesma almofada: a económica (ou melhor a falta dela). -----

Mas agora vai haver dinheiro, mas agora vai haver necessidade de retomar a economia, mas agora... bem agora o nó da A1 nem figura naquelas frases "como exemplo". -----

Enquanto membro desta Assembleia que tem acompanhado o esforço do executivo numa solução para esta questão, que tem aprovado moções que alertam para a imperiosa necessidade para o desenvolvimento do nosso concelho do referido nó da autoestrada, não posso deixar de pedir o todos, independentemente das suas opções políticas, que se inscrevam na referida consulta publica e, aí, manifestem o quanto inadiável esta obra é para o futuro do desenvolvimento do nosso concelho e dos nossos concidadãos.-----

Tenho dito." -----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Foi falado aqui nas suas informações, relativamente ao relatório do parecer do auditor externo, tivemos o cuidado de analisar efectivamente esse documento, pois parece-me oportuno falar sobre o mesmo, na medida em que têm vindo a público algumas notícias, ainda



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta semana, sobre a saúde financeira do Município e das decisões que o Município tem tido nesta área.-----

Congratulo-me que este relatório, que é um compromisso estabelecido na alínea d) e e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o auditor presta aqui uma informação profissional e independente sobre a situação económica e financeira segundo normas internacionais de auditoria e que tem como base a fiabilidade, a adequação política contabilística, a aplicação dos princípios da continuidade e a apresentação da informação da instituição, neste caso do Município.-----

Refere o mesmo relatório que do conjunto das indagações, testes e procedimentos analíticos constam 21 ações específicas, com base no novo normativo SNC-AP, que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para as restantes empresas e que a partir de agora também é obrigatório na Administração Pública e que condiciona e muito esta nova estrutura da análise patrimonial e convém realçar aqui três grandes itens: o primeiro é a posição financeira do Município, o segundo a contabilidade orçamental e o terceiro tem a ver com o endividamento.-----

No primeiro o auditor vê um aumento do ativo em 3,6 milhões de euros e destes 1,5 milhões em disponibilidades, meios líquidos de pagamento, o que de certa forma em contexto de pandemia é uma informação muito boa, e refere também que o passivo mantém-se inalterado nos 4,6 milhões de euros.-----

Apesar de haver uma diminuição dos rendimentos em 5%, dos gastos em 4%, diminuição das vendas e da prestação de serviços, pelo apoio do próprio Município às empresas aos serviços que estão fechados e que não podem efetivamente dar aos seus cidadãos, o próprio auditor diz que este desempenho é perfeitamente em atendimento e vou passar a citar "ao atual contexto em que nos encontramos, com uma crise sanitária e uma pandemia a nível global, com naturais reflexos a vários níveis". Portanto eventualmente o Município poderia ter aqui um argumento para relaxar relativamente a esta situação, mas não relaxou.-----

Os indicadores financeiros mais importantes, nomeadamente a solvabilidade e a autonomia financeira, passo a citar também são "valores consistentes e atualmente muito elevados" e acrescentar aqui o indicador de liquidez geral com 2,2, ou seja, aquilo que o Município consegue ter no seu ativo circulante é suficiente para pagar as suas dívidas de curto prazo pelo menos 2,2 vezes.-----

Tem um prazo médio de pagamento de 6 dias e o indicador de independência financeira, que é a média das receitas próprias na receita total, é de 42%, quando a média nacional dos 308 Municípios é de 39%.-----

Portanto não posso deixar de fazer referência também às indicações da contabilidade orçamental.-----

A despesa efetiva também é consistente, apesar de um aumento de 6% na despesa corrente ela é compensada pela redução da despesa de capital e, portanto, uma compensa a outra e aqui os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meus parabéns ao Município pelo princípio da precaução e pela capacidade que tem tido de dar resposta em contexto de pandemia.-----

Depois tem um grau de execução da despesa de 36% e da receita de 46%. Se nós atendermos que o País entrou em confinamento em março e voltámos só a abrir no final de maio, verificamos que este relatório é com dados relativos a 30 de junho, eu estou muito confiante nos números destes dados de execução, no final do ano serão com certeza muito positivos, se revalidarmos essas condicionantes todas neste período de tempo, relativamente ao primeiro semestre.-----

Das obrigações assumidas no valor de 8,9 milhões de euros, já foram pagas até à data 8,6 milhões de euros, ou seja estavam apenas por liquidar 232 mil euros, o que me parece também um fator muito positivo.-----

Finalmente resta-me falar do endividamento. O limite para o Município de Anadia é de 25,6 milhões de euros, que é um valor muito superior ao que é o nosso orçamento, sendo o valor atual do endividamento de 3,7 milhões de euros, portanto existe uma margem disponível bastante positiva para o Município exercer as suas competências.-----

Conclusão: o revisor é claro na capacidade e especificamente na adequação de políticas económicas e financeiras que têm sido ajustadas à estrutura e conjectura atual, por parte do Município. Felicita-se o Município e toda a sua equipa por este raio X, sem reservas e sem sintomas negativos, e enquanto membro desta Assembleia congratulo-me por estes resultados."

----- Intervieram, ainda, no ponto três do período de antes da ordem do dia: -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, após cumprimentar todos os presentes e os ouvintes, congratulando-se com a iniciativa positiva do Município de Anadia, que através da transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, permite que um maior número de Municípios possam assistir aos trabalhos e para solicitar esclarecimentos à Senhora Presidente da Câmara, sobre as bolsas para os estudantes do ensino superior, afirmando não compreender o critério para que numa primeira fase só sejam atribuídas 7 ou 9 bolsas e numa segunda fase sejam atribuídas mais 41 bolsas, sobre o apoio às empresas e sobre a situação do Campo de Golfe da Curia.-----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que quando o Dr. Pedro Passos Coelho cancelou algumas obras foi por imposição da União Europeia e não por vontade própria e sobre o facto de Anadia não constar do relatório do Tribunal de Contas sobre os gastos dos Municípios com o COVID.-----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, sobre a necessidade de os apoios, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista económico, terem de ser concretos e robustos, sobre o facto de o Município de Anadia além de não constar do relatório do Tribunal de Contas, que versa sobre o impacto das medidas adotadas no âmbito do COVID 19, e consultando a base de contratos base.gov, no âmbito do descritor COVID 19, também não existir qualquer contrato publicado;-----

----- O Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que há



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados que tentam procurar os dados referentes ao Município de Anadia em relatórios, quando na vida real a resposta está no terreno. O Senhor Deputado que colocou esta questão, entrou ao serviço numa instituição pública, em que foi o Município que investiu nas condições de desinfeção, nas condições de segurança quer dos funcionários docentes e não docentes quer dos estudantes. Isto é preciso aparecer no relatório? -----

----- O Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, sobre o relatório do Tribunal de Contas onde só constam os primeiros 20 Municípios e que, fazendo as contas por alto, Anadia vai gastar cerca de 1.500.000,00 de euros e o vigésimo Município do relatório gastou 1.700.000,00 euros e perguntou aos Senhores Deputados João Tiago e Rui Bastos se tinham lido o reforço do Plano de Apoio, pois as regras são claras e por isso não comprehende as dúvidas manifestadas.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara para responder:-----

----- - à Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, afirmado que o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara é para avançar, independentemente de o nó de Anadia seja mais a norte ou mais a sul, queremos é que sirva o Concelho de Anadia.-----

----- - e para terminar ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, referindo não pretender discutir o relatório do Tribunal de Contas, em virtude de estar para breve a apresentação e aprovação da prestação de contas do Município e posterior envio para o Tribunal de Contas, afirmado que no aludido relatório não constam as receitas que não foram recebidas no apoio às famílias, nem as despesas de apoios às IPSS, aos Bombeiros, à GNR e outras instituições e o que importa é o que está no terreno. Quanto aos apoios robustos esses têm de ser dados pelo Governo. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que deu entrada na Mesa uma Proposta, cujo signatário é o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, e que passou a ler: -----

----- "Proposta: -----

Propõe, nos termos da línea b) do nº 1 do artº 21 do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA):-----

Que por questões de maior clareza sequencial nos assuntos a tratar nesta Assembleia se proceda à aprovação da alteração de ordem de apresentação dos Pontos um e dois do Período da Ordem do Dia.-----

Assim, propomos que o atual Ponto dois (*Eleição de quatro pessoas para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Anadia, nos termos da alínea I) do artº 2.º da Portaria n.º 1226-DZ/2000, de 30 de dezembro;*) passe para primeiro ponto da dita Ordem do Dia e o Ponto um (*Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artº 3.º do RAMA;*) seja apresentado de seguida como Ponto dois." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a Proposta à votação do plenário, tendo anunciado, como resultado, num universo de trinta Deputados, a aprovação, por maioria, da Proposta de alteração da Ordem do Dia, com vinte e nove votos a favor, dos Deputados do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Victor Manuel Santiago Tavares e Fábio Alexandre Pereira Almeida, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Na altura da votação, não se encontrava presente a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Ponto um do Período da Ordem do Dia e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, para fazer a apresentação da proposta que se passa a reproduzir na íntegra:

----- "Propor a eleição de quatro pessoas para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Anadia, nos termos da alínea I) do art.º 2.º da Portaria n.º 1226-DZ/2000, de 30 de dezembro os cidadãos:-----

Pedro Manuel dos Santos Nogueira; -----

Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira; -----

Maria Manuel Tomás Barreto; -----

Carla Alexandra Falcão de Almeida." -----

----- Interveio o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, manifestando o seu desacordo em relação ao facto de a lista não vir acompanhada de um currículo dos cidadãos propostos, para avaliação das suas capacidades. Continuando afirmou não pôr em causa os nomes que foram indicados por não os conhecer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário que este ponto é consubstanciado na Portaria n.º 1226-DZ/2000, de 30 de dezembro, alicerçada na alínea I) do n.º 1 do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. -----

----- O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, afirmou ficar mal a um Deputado Municipal ter conhecimento de que existe uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e que existem quatro elementos eleitos por esta Assembleia Municipal e que durante quatro anos não tenha querido saber quem são essas pessoas. Também fica mal lançar atoardas contra quatro pessoas, quando não se propõe uma lista. Terminou elogiando as capacidades das pessoas propostas e a menção das suas profissões. -----

----- Para defesa da honra, referiu o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que os elementos eleitos para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é que deveriam informar esta Assembleia Municipal do trabalho efetuado. -----

----- Interveio novamente o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, para reiterar as áreas em que as pessoas propostas definem ou definiram a sua atividade profissional e para afirmar que se o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, discorda dos nomes propostos, teve tempo para apresentar uma lista, ficando-lhe mal pôr em causa a honestidade profissional de quatro pessoas que desempenharam até agora um determinado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

papel e que se pretende que continuem a desempenhar.-----

----- Para leitura de uma Declaração de Protesto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Declaração de Protesto: -----

Face à abertura deste Ponto foi com estranheza que numa votação desta natureza e importância não seja dado conhecimento prévio aos deputados Municipais da lista ou nomes agora apresentados. -----

Não se pode esquecer que a CPCJ é uma Instituição oficial não judiciária que para além de promover os direitos das crianças e dos jovens, previne ou põe termo a situações suscetíveis de afetarem a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral e que a Assembleia Municipal de Anadia é responsável pela eleição de pessoas que serão integradas nesta instituição. -----

Confiávamos que a informação necessária e relevante nos fosse remetida. -----

Dizer que agradecemos a informação agora prestada pelo Sr. Deputado Luís Santos mas entendemos que poderemos ter um conhecimento antecipado. -----

Assim e não nos conformando com a ligeireza que o assunto é tratado, não desconsiderando os especiais conhecimentos ou capacidades dos cidadãos eleitos agora indicados é apresentada a presente declaração por mim, em representação do CDS-PP e subscrita pelo Grupo Municipal PPD/PSD e pelo Deputado Eleito e Representante da CDU." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, informando-a de que toda a gente tem direito a fazer propostas na hora e não com um prazo avançado informando que vai fazer uma proposta, as coisas não funcionam assim e não é obrigação desta Assembleia. Obrigação desta Assembleia e da Mesa da Assembleia é fazer cumprir o que está regimentalmente estatuído e também no cumprimento da Lei. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, reiterando o exposto na Declaração de Protesto que subscreveu, salientando que nunca estiveram em causa as pessoas, mas sim os procedimentos. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, relembrando que a Ordem de Trabalhos foi oportunamente apresentada na reunião da Comissão Permanente, em que estiveram presentes os representantes de todas as forças políticas, sentindo algumas dificuldades em compreender este tipo de intervenções, que não abonam em nada em favor da referida Comissão Permanente nem dos membros que a compõem.-----

----- Continuando referiu que no dia de ontem, algum destes elementos presentes nesta Comissão Permanente, publicou numa rede social algo sobre isto "era nossa pretensão chatear o MIAP na eleição das quatro pessoas para a Comissão de Proteção de Menores, que até agora são desconhecidas". Portanto já havia uma intenção prévia de o fazer e temos de ter cuidado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com estas pessoas que participam na Comissão Permanente e depois não informam os restantes elementos do Grupo dos procedimentos e ainda se prestam a este tipo de veleidades.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos intervenientes um bocadinho mais de calma. As realidades e os argumentos deverão ser usados de uma forma perfeitamente profícua. -----

----- Mais referiu que esta Assembleia está a discutir a designação de quatro pessoas e que têm forma de serem apresentadas e essas formas são na verdade a apresentação de listas para esse fim. Relativamente à história de estarmos aqui a dizer que são as pessoas a, b ou c, isto é *déjà-vu* porque são elementos que já faziam parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -

----- Continuando afirmou que também temos de ponderar que a Comissão Permanente foi instada no sentido de apresentar sugestões que pudessem obviar a esta discussão perfeitamente estéril e nada foi dito. -----

----- Por fim solicitou algum cuidado e alguma ponderação para que este ponto flua de forma digna e não com estes atropelos e com estes bater de bola de um campo para o outro. -----

----- Intervieram, ainda, no âmbito deste ponto: -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que quando esteve presente na reunião da Comissão Permanente a reunião foi gravada sem o seu conhecimento e apenas teve conhecimento porque isso escapou ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP e que quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que ia haver uma eleição ficaram à espera que na área reservada da Assembleia Municipal fosse indicado quem eram as pessoas. Em relação à publicação nas redes sociais foi para verificarem que existe uma rede tentacular que vem ter à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, para informar que não lhe escapou nada, quando viu os microfones e como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que esta sessão iria ser transmitida, partiu do pressuposto que a reunião estaria a ser gravada e contrariamente ao que o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, muitas vezes disse aqui ter, eu não tenho nenhum privilégio em relação à informação da Câmara ou da Assembleia Municipal e quando tenho dúvidas pergunto nos sítios certos, não vou para as redes sociais.-----

----- Continuou referindo que as propostas são da responsabilidade dos Deputados Municipais e esta proposta destas quatro pessoas é da sua responsabilidade, após indagação junto do grupo em que estavam inseridas, não havendo nenhum motivo, nem jurídico nem outro qualquer, para que a lista fosse colocada na área reservada e se estas quatro pessoas são tão inválidas como querem fazer parecer, tiveram todo o tempo do mundo para apresentarem outras listas.--

----- Para terminar afirmou que estamos aqui numa discussão em que muita gente vai ficar mal vista, pois as pessoas lá fora não são tão estúpidas como pensam que elas são e este espetáculo que está aqui a ser feito só está a pôr em causa a honestidade profissional de quatro pessoas.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, em resposta ao Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que nas reuniões da Comissão Permanente os pontos são apresentados, mas não os documentos que fazem parte desses pontos. Não estão em causa os proponentes, as pessoas que agora vão a votação, as suas qualidades ou as suas competências, tem a ver uma questão de procedimentos, pois esperaram que lhes fosse enviada alguma informação. -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que no nosso Município existem crianças e jovens em perigo, não sabendo quantas, nem quantas crianças existem no Município, mas que temos uma Vereadora que está a tempo inteiro na Câmara Municipal e que é a Presidente da Comissão de Crianças e Jovens em Risco, quem melhor que a Dr.^a Jennifer para nos dar os números, as pessoas e as competências que cada uma delas têm na respetiva Comissão.-----

----- Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que iria colocar à votação a lista proposta pelo MIAP e aproveitou para recordar que a votação seria efetuada por escrutínio secreto, em conformidade com o previsto no n.^º 3, do art.^º 50.^º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia.-----

----- Prontamente deu início ao processo de votação, passando a chamar as Senhoras e os Senhores Deputados para depositarem o respetivo boletim de voto na urna.-----

----- Concluído o processo de votação, e feito o apuramento dos trinta votos depositados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a lista proposta pelo MIAP, para eleição dos cidadãos Pedro Manuel dos Santos Nogueira, Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira, Maria Manuel Tomás Barreto e Carla Alexandra Falcão de Almeida, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Anadia, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, um voto contra e dois votos em branco. Na altura da votação, não se encontrava presente a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD. -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD solicitou a palavra para fazer uma declaração de voto, tendo sido informado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que quando uma votação se realiza por voto secreto não há lugar a declaração de voto.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário que deram entrada na Mesa dois requerimentos, subscritos pelos Senhores Deputados João José Rodrigues Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Rui Manuel Doares de Oliveira Bastos, do PCP, e Sandra Marisa Queiroz, do CDS-PP, que seguirão os trâmites legais.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os elementos presentes que deu entrada na Mesa uma Moção, convidando o seu subscritor, o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, a fazer a sua apresentação, que se passa a reproduzir na integra: -----

----- "Moção: Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade -----
É solicitado que se proceda à aplicação do suplemento, reconhecendo ao conjunto dos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhadores definidos na lei «o grau mais elevado de penosidade e insalubridade», já que, conforme estipulado na legislação, «anualmente, o empregador público deve identificar e justificar no mapa de pessoal os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções naquelas condições». Pois, no Orçamento do Estado para 2021, pese embora ter ficado aquém do que previa o PCP na sua proposta e dos valores reclamados pelos trabalhadores, assegura-se a efetivação deste direito, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação direta. -----

No artigo 24.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021, são identificadas as áreas onde se prevê a atribuição do referido suplemento aos titulares da carreira de assistente operacional. Embora esta legislação não abranja todas as funções que deviam ser abrangidas, esperemos que nos próximos tempos possa surgir uma clarificação ou um alargamento do seu âmbito, para poder abranger outros trabalhadores que, justificadamente, deviam ter acesso. -----

É igualmente solicitado a atribuição do suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade aos trabalhadores da autarquia que se enquadram nas situações previstas no Orçamento do Estado, tenha efeitos a 1 de janeiro. -----

Seguindo o princípio adotado na última Assembleia Municipal, caso esta moção não seja aprovada, espero que possamos contar com a entrega de outra moção que, embora pouco importando a similaridade que venha a ter com a apresentada pelo PCP, seja favorável aos trabalhadores locais. -----

Porque qualquer louvor em ata, ou até mesmo, uma medalha pelos anos de serviço revela-se insuficiente para esta justa valorização dos trabalhadores da autarquia local que asseguram os serviços essenciais às populações, salvaguardando a saúde pública, respostas sociais e a continuidade da qualidade de vida da população. -----

----- Continuando a apresentar a Moção, mas com discurso diferente da Moção entregue por escrito, pelo que se passa a transcrever o discurso:

----- "Assim o PCP propõe que a Assembleia Municipal de Anadia delibere solicitar à Câmara Municipal que promova o ajuste do subsídio referido com efeitos a 1 de janeiro, dois, louvar os trabalhadores pelo papel desempenhado ao longo deste período tão grave." -----

----- No período destinado à apreciação e discussão desta Moção, intervieram:

----- O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, referindo que tinha duas perguntas a fazer sobre este assunto, uma que fica no ar, pois não sabe quem poderá responder, que tem a ver com o porquê do surgimento desta Moção, porque afinal tinham razão quando na última Assembleia afiançaram que o subsidio estava previsto no Orçamento de Estado, a segunda questão, e para saberem como vão votar e se vale a pena votar esta Moção, dirigida à Senhora Presidente da Câmara questionando-a, face a esta questão jurídica e para a execução do Orçamento para 2021, se a Câmara Municipal está a pensar em tomar alguma medida, se já tomou ou se efectivamente necessita que a Assembleia Municipal a obrigue a tomar, para decidirem o sentido de voto.-----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmado que o Senhor Deputado Luís Santos, do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do MIAP tinha razão, o subsídio estava previsto no orçamento e este define que sejam as Autarquias a resolver a sua aplicação direta e a Moção o que pretende é que a Assembleia Municipal solicite à Senhora Presidente da Câmara que desenvolva todos os procedimentos para que a aplicação deste suplemento seja pelo valor mais elevado;-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal que agradeceu a oportunidade de intervir, afirmando que a Assembleia Municipal é soberana na deliberação que tomar sobre a Moção, não percebendo nem para quê nem o porquê da sua apresentação, porque há uma orientação dada pelo Orçamento de Estado, tendo a DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, prestado alguns esclarecimentos sobre a aplicação deste normativo, mas ainda com algumas dúvidas.----

----- No entanto o pagamento será feito à custa do orçamento municipal, não havendo qualquer contrapartida por parte do Estado. -----

----- Na Região de Aveiro praticamente nenhum dos Municípios irá aprovar a atribuição deste subsídio, em virtude de não terem os serviços de gestão de água, de saneamento e de recolha de lixo, porque os entregaram a outras empresas e os cemitérios às Juntas de Freguesia. -----

----- Para terminar informou que a Câmara Municipal terá de analisar as orientações e obviamente o que tiver de se cumprir terá de se cumprir. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, referindo que se a Autarquia não fosse responsável por gerir esta questão a Moção não seria apresentada e que o motivo da sua apresentação foi no fundo para legitimar uma luta de longa data e que, à imagem dos bons exemplos espalhados pelo País, gostaria que Anadia fosse um bom exemplo no tratamento dos seus trabalhadores, pois há Câmaras que efectivamente já aplicaram esse suplemento.-----

----- De novo a Senhora Presidente da Câmara para solicitar ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que como conhece muitas Autarquias que já aplicaram o suplemento, agradecia que a informasse quais, para verem os exemplos que elas têm. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a Moção à votação do plenário, tendo anunciado, como resultado, num universo de vinte e oito Deputados, a reprovação da Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”, com vinte votos contra, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, cinco votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e Fábio Alexandre Pereira Almeida, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP e da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e três abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e Victor Manuel Santiago Tavares e da Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT. Na altura da votação, não se encontravam presentes os Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo e Carlos Dinis da Silva Torres, do Grupo Municipal do MIAP e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD. -----

----- Fez declaração de voto o Senhor Deputado Luís Santos afirmando que o Grupo Municipal do MIAP votou conta a aprovação da Moção apresentada pelo PCP, porque após os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclarecimentos prestados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, não havia motivo para uma votação favorável.-----

----- Ponto dois do Período da Ordem do Dia: "*Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*". -----

----- Com enquadramento no ponto dois do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação da atividade da Câmara Municipal, tendo esta afirmado que o documento era bastante esclarecedor e que se os Senhores Deputados pretendessem colocar alguma questão, estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento.-----

----- No período destinado à apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, intervieram: -----

----- A Senhora Deputada e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas, Ema Pato, do Grupo Municipal do MIAP, para agradecer as obras que estão a decorrer na sua União de Freguesias, nomeadamente, em Amoreira da Gândara, Ancas e Paredes do Bairro.-----

----- O Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos António Floro, do Grupo Municipal do MIAP, sobre as obras que estão a decorrer, bem como das que estão previstas, na sua Freguesia, nomeadamente o Miradouro do Eco parque, o moinho na Póvoa do Castelo, a requalificação da rotunda sul de Sangalhos e do Largo da Feira da Fogueira. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, que fez a atualização das informações prestadas pelo Senhor Deputado António Floro, do Grupo Municipal do MIAP; -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do MIAP, para referir que a Senhora Presidente da Câmara há uns tempos tinha manifestado dificuldades em contratar empresas para a execução das obras previstas, mas que há cerca de dois meses tem sido um fazer de obras por todo o lado.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para esclarecer o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPS/PSD, sobre os procedimentos concursais e os seus prazos, dando como exemplo o arranjo do Mercado Municipal e a requalificação dos balneários da Pista de XCO, que só ao terceiro procedimento é que houve um concorrente e que o procedimento para a remoção do amianto da Escola Básica de Vilarinho do Bairro ficou deserto. Anteriormente concorriam a um concurso doze ou catorze empresas, agora concorrem duas ou três e os preços praticados são bastante superiores. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionando a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre se o investimento no Centro de Saúde de Anadia é essencialmente realizado por imposição das necessidades do Município e não da sua responsabilidade de realização das obras. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para informar que está a ser feito um projeto para ser lançado a concurso, porque o que foi solicitado foram pequenas intervenções, mas por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dificuldades em encontrar empreiteiros, que dentro do limite dos horários da noite e do fim de semana conseguissem fazer os trabalhos, sem alteração da prestação de serviços que hoje são prestados às populações, passou a ser impraticável essa intervenção. As intervenções não são da nossa competência, mas temos de nos fazer substituir ao Estado, no sentido de darmos as melhores condições aos nossos profissionais de saúde e que os cidadãos tenham a melhor resposta. -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, informando que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não respondeu à questão sobre as bolsas de estudo atribuídas pelo Município, nomeadamente sobre os critérios de excepcionalidade previstos no Regulamento e sobre o Campo de Golfe da Curia. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para informar o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que sobre as bolsas existe um Regulamento que é aplicado e é do conhecimento de todos, quanto ao Campo de Golfe da Curia a empresa proprietária foi declarada insolvente, estando a Câmara a elaborar um projeto de legalização daquelas instalações e a tentar resolver a situação em articulação com as finanças, com a solicitadora e com os credores. -----

----- A Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de São Lourenço do Bairro Mário Marinho sobre o apoio da Junta de Freguesia à campanha de vacinação que está a decorrer na Extensão de Saúde de São Lourenço do Bairro. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informando que a Câmara Municipal tinha colocado o Pavilhão dos Desportos à disposição, com todos os meios que fossem necessários, mas a proposta foi rejeitada pelos serviços do ACES que optaram por Anadia e São Lourenço do Bairro. Mas como em Anadia não havia condições foi tudo centralizado em São Lourenço do Bairro, tendo a Câmara sido informada que ou preparava as instalações para quinta-feira ou então a vacinação seria adiada para março. -----

----- Temos de agradecer aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que na sexta-feira passada receberam listagens com mais de mil pessoas, para obterem o contacto telefónico, e no sábado e no domingo andaram de porta a porta a reunirem essa informação, para posterior contacto dos serviços de saúde. -----

----- A Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Manuel Veiga para dar nota das obras que estão a ser executadas na sua Freguesia, nomeadamente o abastecimento de água à povoação do Corgo de Baixo, a criação de um espaço de lazer em Avelãs de Cima, que inclui a construção de uma piscina, as melhorias na Extensão de Saúde e o Centro Interpretativo da Água e da Floresta, que ficará instalado na antiga Escola Primária de Canelas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos às intervenções anteriores.

----- A Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, para questionar a Senhora Presidente da Câmara Municipal e no âmbito do apoio à família, quanto ao número de agregados em situação de vulnerabilidade socio económica que surgiram após a primeira vaga da pandemia. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para informar a Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, de que não tinha presente esses números, mas que no âmbito do apoio extraordinário ao COVID não surgiram tantas famílias como estavam à espera. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para elogiar a Senhora Presidente da Câmara Municipal pelo facto de continuar a trabalhar na ampliação da rede de saneamento básico do Concelho e se existe uma previsão para a sua conclusão e em relação à vacinação solicitou a indicação do número de idosos que não tenham sido vacinados por dificuldades de deslocação ou do uso do telemóvel.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, informando-o de que haverá sempre a necessidade de prolongamento da rede de saneamento, pois o PDM prevê zonas de expansão urbana e que em relação à vacinação é da competência dos serviços de saúde pública a coordenação do programa de vacinação e, obviamente, fazerem os contactos telefónicos. Quando as pessoas não se puderem deslocar por meios próprios, comunicam com os Bombeiros, que têm meios à disposição; mas se verificarmos que existem dificuldades económicas, logicamente que o transporte será assegurado na mesma.-----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para solicitar à Senhora Presidente da Câmara que, como a sessão está a ser transmitida online, divulgasse esse aviso à população.-----

----- A Senhora presidente da Câmara para informar o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que a avaliação da necessidade de transporte cabe aos médicos de família, porque pode agravar a debilidade da pessoa acamada, e se a família não tiver possibilidades, articularemos esse transporte com os nossos Bombeiros. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para referir que a intenção da sua intervenção anterior era para tentar perceber porque é que há pessoas que não podem ir tomar a vacina, para tentar minimizar esse problema.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para esclarecer o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que a Senhora Dr.^a Jennifer, que também tem esse pelouro, acompanha a par e passo todas as necessidades dos serviços de saúde, mas não somos nós que avaliamos as dificuldades do programa de vacinação.-----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para questionar a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a existência de povoações, como o Corgo e Ferreirinhos e outros locais do Concelho de Anadia, como o Amieiro e Parada, em que o abastecimento de água é feito através de um depósito e sem ligação à rede. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para primeiro informar o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que este não tinha ouvido a intervenção do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Manuel Veiga, nem tinha lido o documento que lhe tinha sido enviado e que o abastecimento de água a algumas povoações iria continuar através de depósitos, com a vantagem de serem abastecidos com a mesma água que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é consumida na cidade -----

----- Ponto três do Período da Ordem do Dia: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido no art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e no art.º 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto.*"-----

----- Com enquadramento no ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para que a Senhora Dr.^a Susana Loureiro, que representa a SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, empresa a quem foi adjudicada a elaboração da Estratégia Local de Habitação, pudesse proceder à apresentação de um PowerPoint que foi preparado para os Senhores Deputados.-----

----- Após a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora Dr.^a Susana Loureiro concretizou a apresentação do trabalho realizado e dos resultados alcançados, encontrando-se cópia em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante. -----

----- Questionada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal se pretendia fazer algum comentário relativamente a esta exposição, a Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que a Dr.^a Susana tinha feito uma apresentação de uma forma bastante resumida, mas que a documentação que foi remetida aos Senhores Deputados é bem clara, mas está disponível, bem como a Senhora Dr.^a Susana, para responder a qualquer dúvida que possa existir.-----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto três do período da ordem do dia, e na discussão do mesmo, intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP, que efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

-----"*O documento que temos para análise sobre a Estratégia Local de Habitação de Anadia, e que contou com a participação dos técnicos do Município e de diversos agentes locais, coadjuvando a Sociedade Portuguesa de Inovação, na elaboração deste documento, está muito bem elaborado e suficientemente minucioso para possibilitar dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional no nosso Concelho.*"-----

Em resultado do levantamento efetuado para sinalização das situações de carência habitacional, constatou-se haver 83 agregados familiares correspondentes a 167 cidadãos em situações habitacionais indignas. -----

Todos sabemos que vivemos num País e num Concelho em que os recursos financeiros são, obviamente, limitados. E, assim sendo, porque é de toda a justiça que se possam apoiar todas estas famílias que a Câmara Municipal e a SPI, com o apoio das Juntas de Freguesia, das IPSS e outras entidades locais, sinalizaram e que constam no mapa da documentação, será certamente concretizada a proposta de Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia.-----

Cumpriram-se todos os pressupostos legais que são exigidos pelo Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e respetiva Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, faltando, assim, a aprovação



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta Assembleia. -----

Convém salientar que o apoio a prestar a estas famílias, depende de alguns princípios ou pressupostos, pois só é possível ajudar quando se conhece essa necessidade e que o próprio a reconheça, colabore e consinta nessa ajuda.-----

É também necessário saber se a casa é própria ou se pertence a outra pessoa e, neste caso, se a mesma está interessada em fazer obras e/ou em ser ajudada para esse fim. -----

O plano agora em análise pretende ser um conjunto dinâmico de decisões e ações para que no mais curto prazo de tempo possa dar uma resposta adequada e necessária a estes casos devidamente sinalizados, obviamente dentro das disponibilidades financeiras do Município e dos particulares.-----

É por todos estes justos motivos e a pensar em todas estas pessoas tão carenciadas que não podemos ficar indiferentes e, por isso, esta proposta da Câmara Municipal merecerá o voto favorável do MIAP." -----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmado que o projeto lhe parece estar bem elaborado, ficando com a sensação que este projeto é o inicial e que se pode adaptar, num futuro próximo, a uma habitação para jovens, com os jovens numa primeira fase a pagarem renda e posteriormente poderem adquirir a habitação. Por fim questionou a Senhora Presidente da Câmara se as habitações da Quinta do Rangel fazem parte deste projeto das 33 habitações que estão a pensar ou se ainda não há nenhum lugar previsto para essas habitações e se os 41 fogos já estão identificados e se são disseminados pelo Concelho ou se têm alguma localização específica dentro do mesmo.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmado que o documento apresentado é um plano dinâmico, que será apresentado ao IRU e posteriormente é preciso fazer o investimento e que as 18 casas que estão projetadas para Ancas não fazem parte do plano.

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, referindo que o mais difícil estava feito que era iniciar este plano e que no futuro a Senhora Presidente da Câmara terá dois desafios determinantes, o passar do papel à prática e a atualização permanente deste documento estratégico. Continuando questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre quando é que pretendia iniciar a resposta a estas situações mais precárias e quando é que pretendia fazer uma revisão ao plano, para inclusão dos casos que surgiram nesta segunda vaga da pandemia e, para concluir e mais uma vez, para lhe dar os parabéns por esta medida, que além de necessária, vai de encontro do documento de diagnóstico social de 2016.

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para congratular a Câmara Municipal por esta iniciativa e as demais entidades intervenientes, que tiveram um papel preponderante na identificação das situações de carência que existem no Concelho de Anadia. Referiu que quando o Instituto recebeu a proposta, foram feitas recomendações para aperfeiçoamento do documento, que dizem que foram devidamente consideradas, pelo que solicita a informação sobre as recomendações que foram feitas, para poder fazer uma análise



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais abrangente da proposta.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interveio o Senhor Dr. Hugo Fonseca afirmando que as recomendações do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, relacionavam-se com a necessidade de priorizarmos as ações previstas nesta Estratégia Local de Habitação, pelo que o documento tinha de expressar claramente se a Câmara Municipal dava prioridade à reabilitação ou à construção, e foi dada prioridade à necessidade da construção de 33 fogos, com a obrigatoriedade de recalendarizarmos o investimento até 2024 e com a definição, em relação a dois agregados, se seria uma intervenção da Câmara Municipal ou dos proprietários.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para informar que esta prestação de serviços contratualizada pela Câmara foi apoiada pelo programa, que efetivamente este plano é dinâmico, ajustando-se às novas situações, e por último, para se congratular imenso por ouvir dizer, quer da bancada do PSD quer da bancada da CDU, para já, que estão satisfeitos com o que ainda é um plano, mas que passará à realidade com o investimento, e que espera que estejam sempre tão disponíveis para aprovarem os planos como devem estar para aprovar os orçamentos, em vez de se absterem ou votarem contra, pois é importante ter o apoio de todos e aproveitou para agradecer o estímulo que lhe foi dado.-----

----- Novamente o Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, perguntando se no plano já está prevista a tipologia das habitações e as limitações a nível dos custos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara para informar que não tem o projeto delineado e tem é de cumprir as tipologias que estão definidas na Estratégia Local de Habitação e será avaliado o projeto e a solução em função dos custos. -----

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para saber quando é que serão inseridos os novos casos que surgiram com a segunda vaga da pandemia, sinalizados após a conclusão do plano e, no caso de se verificar um atraso na atribuição dos fundos de apoio, se o Executivo assumirá a responsabilidade de dar andamento a este projeto no tempo mais célere possível.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para afirmar que o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, estava a misturar tudo, pois estava a falar de outras famílias e de outros apoios e que no Orçamento já estava prevista uma verba para a habitação, que o Senhor Deputado não viu e que por isso é que terá votado contra. Mais referiu que após a aprovação do plano por parte do IHRU e para a sua concretização, irão ser necessários meios financeiros que em último caso terão de ser obtidos junto da banca, esperando que os Senhores Deputados aprovem o Orçamento para a construção das habitações ou da Zona Industrial de Amoreira da Gândara. ---

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto três do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo a Assembleia Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido no art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho e no art.º 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou a suspensão dos trabalhos, para um coffee break, pelas dezanove horas e doze minutos, tendo retomado os trabalhos pelas dezanove horas e vinte e nove minutos. -----

----- Ponto quatro do Período da Ordem do Dia: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial" -----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do assunto, que começou por referir que depois de longos anos a trabalhar neste plano, estamos a chegar à reta final de conclusão do mesmo, estando já a decorrerem os trabalhos para o Estudo de Impacto Ambiental, porque se trata de uma intervenção superior a vinte hectares, e para a elaboração dos projetos de especialidades, de forma a que a curto prazo se possa lançar esta obra a concurso. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização para que o Senhor Arq.º Adelino Neves e o Senhor Dr. Hugo Fonseca, pudesse proceder à apresentação de um PowerPoint que foi preparado para os Senhores Deputados. -----

----- Após a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Técnicos Municipais concretizaram a apresentação do trabalho realizado, encontrando-se cópia em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante. -----

----- Questionada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal se pretendia fazer algum comentário relativamente a esta exposição, interveio a Senhora Presidente da Câmara Municipal para referir que a elaboração deste Plano de Pormenor tinha sido um processo negocial com um acompanhamento muito exigente por parte das entidades competentes, nomeadamente pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em relação às faixas de gestão de combustível e pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, em relação às bacias de retenção de águas. -----

----- Salientou o facto de a Zona Industrial com o nó da autoestrada, a curto ou médio prazo, ou sem o nó, ser uma montra para a A1, tornando-se numa zona apetecível, mas que será, no entanto, um investimento muito grande para o Município de Anadia. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Mais informou da disponibilidade, em conjunto com os Técnicos, para responderem a qualquer dúvida que possa existir. -----

----- Apresentado o assunto identificado no ponto quatro do período da ordem do dia, e na discussão do mesmo, intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, que efetuou a seguinte intervenção, que apresentou por escrito e que se passa a reproduzir na íntegra: -----

----- "Muito obrigado Sr. Presidente, -----
Gostaria em primeiro lugar dar os parabéns aos técnicos pela clareza do plano e pela quantidade e qualidade da documentação disponibilizada. Desde mapas, relatórios, incluído relatório de impacto ambiental, aqui sim, há necessidade desse mesmo relatório, ao contrário de outras situações onde o mesmo não é necessário, apesar do que é dito e até escrito. ----- Depois, lembrar que as zonas indústrias são um ponto estruturante dos planos municipais de ordenamento do território, pois a sua capacidade de gerar emprego fará com que toda a área próxima se venha a desenvolver, pela fixação de mais pessoas, pelo aumento do comércio e serviços etc. Desta forma, ficará o município de Anadia dotado de mais uma zona industrial com dimensão e áreas de lotes capazes de albergar e atrair indústrias de maior dimensão e em teoria de maior empregabilidade. -----

Depois, a localização da mesma, Amoreira da Gândara, é um lugar periférico do concelho, colado não a um, mas a três concelhos vizinhos e que, como já referi, as pessoas tendencialmente deslocam-se e fixam-se nas proximidades dos seus locais de trabalho, ficando aqui mais uma ferramenta de fixação de pessoas e desenvolvimento económico do lugar e por consequência do próprio concelho. -----

Dizer ainda que Amoreira da Gândara, apesar de ser um lugar periférico do concelho, é do ponto de vista empresarial, estrategicamente localizado, pois, como referi está muito próxima de três concelhos vizinho e esta Zona Industrial está colada ao principal eixo viário do país que é a autoestrada A1. Sendo que a cereja no topo do bolo seria sem dúvida a criação do tão falado nó de acesso à mesma. E acredito que esta ampliação será mais um ponto importantíssimo para que isso venha a acontecer. -----

Assim, gostaria de colocar duas questões: -----
A primeira, se a dimensão e quantidade de lotes tem ou não a ver com a procura que o concelho tem por parte de empresários que aqui queiram fixar as suas empresas ou ampliar as mesmas. -----

A segunda, tem a ver com timings, e o que gostaria de perguntar é, após a aprovação deste plano em Assembleia Municipal, se tem ideia de quanto tempo levará até ser iniciado o processo de ampliação propriamente dito. -----

Muito obrigado". -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado, Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando que após a aprovação por parte da Assembleia Municipal e tendo o Estudo de Impacto Ambiental e os projetos de especialidades,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão reunidas as condições para a obra ser lançada a concurso, que em face do valor do investimento terá de ser um concurso público internacional que demora mais tempo. Tratando-se de um investimento exigente para o Município de Anadia terá de ser contabilizado e por outro lado existem duas ou três parcelas de terreno que ainda não são propriedade do Município, mas com este instrumento, de uma forma ou de outra, poderemos efetivamente avançar. -----

---- Continuando referiu que posteriormente e após a fase de concurso, o processo terá de ser sujeito a visto do Tribunal de Contas e informou não saber quanto tempo decorrerá até à sua implementação, mas que em termos de construção o prazo de dezoito meses será suficiente. ---

----- Quanto à área dos lotes afirmou que os que efetivamente têm mais procura são os lotes de maiores dimensões. -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, recordando que a tentativa de ampliação da Zona Industrial de Amoreira da Gândara é uma luta que existe há largos anos, existindo inclusivamente um processo a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, relativamente a uma intervenção que houve no passado e tendo em devida nota que o mesmo se encontra pendente, este trabalho poderá culminar com um desfecho que não será profícuo para o Município, pelo que se deveria aguardar que o processo termine com todas as tramitações legais.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal perguntando aos Senhores Deputados se tinham ficado esclarecidos, declarando que ele próprio tinha ficado esclarecido. Afirmou que o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, conhecia bem o processo e os seus antecedentes, ficando claro o porquê de o Concelho de Anadia não se desenvolver. Todas as propostas de Zonas Industriais esbarram sempre com a Reserva Ecológica Nacional e com estes problemas judiciais, não existindo nenhuma Zona Industrial sem um problema judicial. ---

----- Referiu lamentar que tenhamos pessoas que quando nós puxamos para a frente outros puxam para trás, e isto tem acontecido ao longo dos anos, impedindo o desenvolvimento do tecido económico do Concelho. -----

----- Terminou dirigindo-se ao Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmando que se tinha dúvidas, hoje deixou de as ter, e agradeceu a intervenção do Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, na sequência da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, afirmando que gostaria de saber quantas vezes é que estas coisas de puxar para trás chegaram a bom termo em Anadia e quanto é que isto custou até hoje ao Município. Ouvimos constantemente insinuações e provocações, no sentido de que o Executivo não está a trabalhar no intuito de alavancar e criar condições para captar investimento, e está aqui um exemplo, no momento em que a Assembleia Municipal se tem de pronunciar sobre o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, surgem obstáculos relacionados com questões judiciais. O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dispõe no seu artigo nonagésimo que o Plano de Pormenor tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal e que caso hajam ratificações a fazer,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procede-se a essas ratificações. -----

----- O Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, referindo que este plano é um marco para o Concelho que há muito era esperado, pois faltava no nosso Concelho uma Zona Industrial com capacidade para albergar indústrias com maiores dimensões. A presente Zona Industrial é uma boa escolha pela sua localização, uma vez que poderá possibilitar a criação do nó da autoestrada, pelo que este plano devia ser votado por unanimidade, porque não há mais nada a dizer senão sim, sim ao desenvolvimento, sim a mais emprego e sim a mais pessoas a fixarem-se no Concelho.-----

----- A Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, afirmado que ficam satisfeitos com a proposta apresentada pela Câmara Municipal, pois a Zona Industrial é essencial para a captação de investimento, para a criação de mais empregos, para a fixação de pessoas e consequentemente vamos assistir ao desenvolvimento do nosso Concelho. Terminou dando os parabéns à Câmara Municipal pela proposta apresentada. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, aproveitando para reforçar a opinião quase generalizada que foi sendo transmitida de que estamos perante um plano realmente útil e essencial para o desenvolvimento do nosso Concelho. -----

----- Terminou dando os parabéns à Senhora Presidente da Câmara pela iniciativa, fazendo votos para que o Estudo de Impacto Ambiental se traduza num voto de confiança necessário nestas situações, desejando que haja crescimento e que possamos todos beneficiar com empresas que efetivamente tragam emprego, que este plano vá avante e que a taxa de ocupação seja um sucesso a breve prazo e que o Estudo de Impacto Ambiental não traga nenhuma novidade desagradável.-----

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmado que esta é uma boa altura para lançar esta Zona Industrial, porque com o COVID o que se prevê é que nos próximos seis a oito meses o desemprego possa assumir um papel preponderante na economia portuguesa e as dificuldades a todos os níveis estão mais ou menos previstas. O que se vê a nível das previsões, por exemplo a sectores como a restauração e outras zonas que são importantes para nós como o turismo são graves, as premissas são de grandes dificuldades nos próximos tempos e esta Zona Industrial pode vir aos poucos a mudar este paradigma, a fazer com que outras pessoas venham para o Concelho e pode ser um foco de desenvolvimento, não agora, mas daqui a um ano ou ano e meio. Nós só temos de pensar no nosso interesse e a seu tempo se verá o que o Tribunal decide, pode haver recursos e só quando não houver hipóteses é que a gente desiste. Até lá vamos em frente. -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, referindo que a Senhora Presidente da Câmara não tem dúvidas, mas que ele as tem, esteve a estudar efetivamente o assunto, o que pelo menos a Senhora Presidente admitiu e não comprehende qual a razão para não esperar pela Avaliação de Impacto Ambiental. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara em resposta ao Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, declarando que não disse que o Senhor não estudou, o que eu quis dizer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é que o Senhor sabe a lição de cor, sabe os antecedentes, porque noutros tempos em que eu também já cá andava e sei bem como estes processos se iniciaram e o Senhor sabe-o melhor do que ninguém. Infelizmente até o meu antecessor chegou a ser perseguido para tirarem fotografias a tudo o que lá se fizesse. E lamento que passados todos estes anos estejamos aqui a aprovar um Plano de Pormenor com uma ameaça em cima, do direito, do jurídico, porque claramente o Senhor Deputado está contra o desenvolvimento desta Zona Industrial. Desta e das outras todas, porque há sempre um envolvimento. -----

----- Mas passando isso á frente eu vou-lhe dar um exemplo para o Estudo de Impacto Ambiental, o estudo não se conclui se não tivermos as especialidades feitas, então como é que vamos aprovar as especialidades se não sabemos se o Plano de Pormenor vai ser aprovado? Como é que se acaba o Estudo de Impacto Ambiental se é preciso ter os projetos das especialidades feitos? Sem isso não se avança com o estudo. Não vamos avançar com a construção sem termos os projetos das especialidades e sem termos a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental. Eu sei que não lhe dá jeito isto. Senhores Deputados os Senhores escolham, querem o desenvolvimento do Concelho, querem empresas, querem que efetivamente o Concelho cresça, acreditem e vamos para a frente, sempre com respeito pela Lei.-----

----- O Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando ficar surpreendido com algumas intervenções, pois a Zona Industrial é precisa agora, para atrair o pouco investimento que vai haver até dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro. Ou avançamos agora ou teremos que esperar mais dez anos. Referindo que o que se está a votar hoje é o desenvolvimento do nosso Concelho ou o seu congelamento, porque os fundos europeus dos próximos anos vão ser decisivos para as empresas se posicionarem no mercado global e são essas empresas que têm de ser atraídas, as empresas que vão investir e que vão querer entrar na nova economia que este quadro comunitário vai criar. E isso não pode ser feito daqui a dez anos, tem de ser feito agora. -----

----- O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, referindo que há mais de uma década, o Executivo decidiu criar uma Zona Industrial na Freguesia de Vilarinho do Bairro. Mas um conjunto de anadienses e de pessoas que nada tinham a ver com Anadia, mas que tinham acesso gratuito aos Tribunais, levantaram imediatamente problemas à criação dessa Zona Industrial e o processo arrastou-se largos anos. -----

----- A questão que coloca é que se não têm havido esses entraves, quantas empresas se teriam instalado na Zona Industrial de Vilarinho do Bairro, porque entretanto surgiu a crise financeira nacional.-----

----- Mas passados aqueles anos todos de impasse, a decisão do Tribunal não foi favorável a esse conjunto de pessoas, como muitas vezes não é, afirmando que o que o irrita é que essas pessoas nunca são chamadas à responsabilidade do que fizeram para travarem o desenvolvimento dos seus Concelhos e deste País, e a culpa morre sempre solteira.-----

----- Terminou dando os parabéns à Senhora Presidente da Câmara, desejando que este projeto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chegue ao fim, e para lhe agradecer a coragem de esclarecer que antes de chegarmos a um determinado momento, temos etapas pelo caminho e uma dessas etapas é aprovarmos este plano. E os Senhores Deputados têm de dizer aqui hoje, quem é que está a favor do progresso de Anadia ou quem é que não está a favor do progresso de Anadia. -----

----- O Senhor Deputado José Manuel Carvalho para reforçar a sua anterior intervenção sobre o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e para felicitar não só o Executivo, mas também todos os colaboradores do Município que desenvolveram um excelente trabalho. -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando que iria votar a favor, mas como o Estudo de Impacto Ambiental poderá demorar anos, questionou se estava previsto tomar uma decisão análoga a algumas zonas industriais, nomeadamente quanto ao tipo de indústrias a instalar.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, referindo que nesta fase terão de ser construídos os arruamentos, demarcados e registados os lotes e posteriormente no Regulamento de Venda é que será definida a ocupação.

----- O Senhor Deputado Vítor Tavares, do Grupo Municipal do PPD/PSD, defendendo a aprovação do plano para não continuarmos a perder empresas e afirmado que tendo uma Zona Industrial com capacidade para a instalação grandes empresas, muito mais facilmente será construído o nó da autoestrada. Terminou dando os parabéns ao Executivo e referindo que temos de ser realistas e objetivos, porque isto é o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. –

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para ratificar a afirmação do Senhor Deputado Vítor Tavares, do mesmo Grupo Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, referindo que tudo o que foi feito na Zona Industrial de Amoreira da Gândara, será sempre feito dentro da legalidade, com legalidade e na legalidade. -----

---- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto quatro do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal de Anadia, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, encontrando-se cópia em anexo à presente minuta, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Vítor Manuel Santiago Tavares e Fábio Alexandre Pereira Almeida, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, um voto contra do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e zero abstenções. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira, do Grupo Municipal do MIAP e o Senhor Deputado Carlos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD. -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPS/PSD, efetuou uma declaração de voto oral, afirmando que o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara era ilegal. -----

----- Ponto cinco do Período da Ordem do Dia: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2021/2025, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA*" -----

----- Com enquadramento no ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta referido antes de proceder à apresentação deste ponto, dizendo para todos os que nos ouvem lá em casa que lamenta estes momentos que em nada abonam em favor do desenvolvimento do Concelho de Anadia e que tinha ficado claro, para quem nos ouviu, as posições que foram tomadas, mas que não admitia que alguém afirmasse sesta sala que foi aprovado um Plano de Pormenor ilegal e que ficasse bem claro, para quem está aqui e para quem nos ouve lá em casa, que o documento que foi aprovado é sustentado em pareceres e concertações que existiram com as diversas entidades. -----

----- Retomou a palavra para fazer a apresentação do ponto cinco do período da ordem do dia, finda a qual afirmou que os documentos são claros e que se os Senhores Deputados tiverem alguma dúvida, estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento. -----

----- Na discussão deste ponto intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, que teceu algumas considerações sobre os critérios de distribuição das verbas, nomeadamente no apoio a três Freguesias, na habitação, na pista XCO, no Museu das Duas Rodas e na Zona Industrial de Amoreira da Gândara, mas afirmando, no entanto, que face às medidas positivas apresentadas no documento, nomeadamente o reforço dos apoios às Freguesias, à Associação Humanitária dos Bombeiros e outras, votará favoravelmente a 1.ª Revisão, e por último apresentou os parabéns pelas decisões tomadas. -----

----- O Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, referindo que o documento em análise opera uma integração no orçamento dos valores do saldo da gerência anterior e dos projetos aprovados no âmbito do Portugal 2020 e a consequente alocação à despesa. -----

----- A Senhora Deputada Sandra Silva, do CDS-PP, afirmando que a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e do Orçamento não correspondem às necessidades da população, continuando afastados do que considera ser prioritário, pelo que mantém o exposto em relação ao Orçamento de 2021, na obstante do reforço de algumas rubricas, nomeadamente da mitigação da COVID 19, do apoio da atividade económica, da área da habitação e do apoio às Associações e pelo exposto votará favoravelmente. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, referindo que face a tudo o que já foi dito o Grupo Municipal do PSD, na sua maioria, votará a favor. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal e em face das considerações tecidas pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para referir que três Freguesias não conseguiram terminar no ano passado os acordos pontuais por força da pandemia, e solicitaram à Câmara Municipal que, excepcionalmente, considerasse a justificação da verba para o ano seguinte e foi efetuada uma adenda ao protocolo celebrado, nos restantes casos, que o Senhor Deputado enumerou, como os planos são plurianuais são situações de adaptação à evolução dos mesmos.

---- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para 2021/2025, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante.-----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Vítor Manuel Santiago Tavares e Fábio Alexandre Pereira Almeida, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP e o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD. -----

----- Ponto seis do Período da Ordem do Dia: "*Apresentação discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do procedimento para aquisição de 2 viaturas ligeiras de passageiros elétricas, de acordo com o estabelecido na da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro*" -----

----- Com enquadramento no ponto seis do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta informado tratar-se de uma candidatura ao Fundo Ambiental, no âmbito do apoio à mobilidade elétrica que foi aprovada e que obriga a que a aquisição se efetue através de um contrato de leasing, o que origina a assunção de compromissos financeiros plurianuais e que necessitam de autorização da Assembleia Municipal.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No período destinado à discussão deste ponto intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, solicitando informação quanto ao valor da comparticipação do Fundo Ambiental na aquisição das viaturas. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal para informar o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, de que a comparticipação do Fundo Ambiental era de 50%, implicando o abate de duas viaturas com mais de dez anos. -----

----- O Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, para se congratular a entrada em funcionamento de um posto público de carregamento de veículos elétricos na Curia.

----- Novamente o Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, para no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, questionar a Senhora Presidente da Câmara em relação à previsão de aquisição de um terceiro posto público de carregamento de veículos elétricos.-----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto seis do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e de acordo com o pedido da Câmara Municipal, deliberado autorizar a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do procedimento para aquisição de 2 viaturas ligeiras de passageiros elétricas, encontrando-se cópia do pedido em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP e o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD.

----- Ponto sete do Período da Ordem do Dia: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2021, de acordo com o estabelecido na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA*"; -----

----- Com enquadramento no ponto sete do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta afirmado que o documento era claro e que se os Senhores Deputados pretendessem colocar alguma questão, estaria disponível para prestar qualquer esclarecimento.-----

----- No período destinado à discussão deste ponto intervieram: -----

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando não compreender o conteúdo do parágrafo "Salienta-se que, as verbas referentes aos custos a suportar com os recrutamentos decorrentes das necessidades criadas estão previstas no orçamento da Autarquia do ano de 2021...", questionando se as verbas foram criadas ou se já estavam criadas aquando da aprovação do orçamento.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informando que quando o orçamento foi feito não tinham conhecimento da necessidade de recrutamento para estas categorias, mas a rubrica foi criada para fazer face às despesas, por isso é que os documentos são previsionais e são ajustados em função das necessidades.-----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, afirmado compreender a necessidade de contratação de assistentes operacionais para o serviço de educação, mas questionando a necessidade de contratação de dois pedreiros, de dois canalizadores, de dois jardineiros e de dois cantoneiros de limpeza, não constando da documentação o tempo determinado do contrato. Terminou questionando a Senhora Presidente da Câmara quanto ao número de trabalhadores do Município de Anadia a tempo indeterminado, a tempo determinado e efetivos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara informando o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que não dispunha, no momento, dos dados de todos os trabalhadores do Município, mas que o Senhor Deputado poderia consultar o Quadro de Pessoal que aprovou em dezembro, onde estão elencadas as situações dos trabalhadores do Município, com exceção dos que se aposentaram. Quanto aos canalizadores são necessários para efetuarem reparações nas escolas, nos edifícios do Município e para repararem as fugas de água da rede e que o desejável era que o Senhor Deputado conhecesse um pouco da matéria. -----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto sete do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de 1.ª alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano de 2021, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante.-----

----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar, Vítor Manuel Santiago Tavares e Fábio Alexandre Pereira Almeida, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP e o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD. -----

----- Ponto oito do Período da Ordem do Dia: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de abertura de procedimentos concursais, de acordo com o estabelecido no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto" -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Com enquadramento no ponto oito do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo, tendo esta afirmado que o que é pedido à Assembleia Municipal é que designe ou concorde com o júri proposto pela Câmara Municipal para a abertura dos procedimentos concursais, que se destinam a ocupar cargos de direção intermédia, do 5.º ao 6.º grau, do Serviço Técnico Florestal, do Serviço de Equipamentos, Mobilidade e Melhoria Habitacional, do Serviço de Património, Inventário e Cadastro Patrimonial e do Serviço de Gestão Administrativa.-----

----- No período destinado à discussão deste ponto intervieram: -----

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, referindo que pelo que leu na informação disponibilizada, desde junho de 2018 que não é possível o funcionamento dos serviços sem o provimento dos quadros, perguntado o porquê de só agora, em 2021, é que a questão está a ser analisada. Deve haver um motivo, mas não o encontrou, se a Senhora Presidente da Câmara Municipal o puder esclarecer agradece. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal afirmando que não percebeu a pergunta, mas que repete o que lá está escrito: "*Considerando que a Assembleia Municipal de Anadia, em sua sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito, sob proposta do Executivo Municipal, tomada em sua reunião do dia seis de junho do mesmo ano, aprovou a Organização dos Serviços Municipais, Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais, e atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas, e determinou o número máximo de unidades orgânicas e de subunidades orgânicas...*". Foi criada uma estrutura orgânica e estes lugares ainda não tinham sido ocupados e o que se propõe é a ocupação desses lugares. -----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto oito do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de designação do Júri de procedimentos concursais, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP e o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD.

----- Ponto nove do Período da Ordem do Dia: "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto final de Regulamento de Gestão de Resíduos, Salubridade e Higiene Urbana do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA*". -----

----- Para apresentação do ponto nove do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que solicitou autorização para que o Senhor Vereador Lino Pintado procedesse à apresentação sucinta do ponto.

----- Após a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e após cumprimentar os presentes interveio o Senhor Vereador Lino Pintado, afirmando que o regulamento vem essencialmente complementar e adequar o regulamento atual ao quadro normativo vigente e que será um instrumento mais eficaz no combate à degradação ambiental e no incentivo à preservação do meio ambiente, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento que pretendam.

----- O Senhor Deputado João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para se congratular com este regulamento e lamentar que a sua companheira não possa estar presente, porque certamente ficaria bastante contente face a todas as suas intervenções sobre os lixos e o comportamento das pessoas na cidade de Anadia.

----- O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, questionando se o regulamento tinha sido enviado à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), se foi emitido parecer e em que termos, se existem serviços a serem assegurados transitoriamente por entidades terceiras que não a entidade gestora, se a Câmara já têm algum depósito ou se pretende criar alguma ETAR e se com este regulamento os Municípios irão ter um serviço melhor do que o que temos atualmente, que considera não ser o ideal.

----- O Senhor Vereador Lino Pintado para informar que, provavelmente por defeito seu, o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, não percebeu o que disse na sua intervenção anterior, em que referiu que o regulamento tinha sido enviado à ERSAR para efeito de emissão de parecer, que não é vinculativo, que não respondeu, apesar da Câmara Municipal ter insistido três vezes. Mais informou que a Câmara Municipal não presta serviços transitórios mas sim efetivos e que este regulamento, após aprovação e publicação, vem complementar e adequar ao quadro normativo vigente o regulamento atualmente em vigor, nomeadamente o quadro sancionatório, porque como o Senhor Deputado afirmou, nada é ideal e o comportamento das pessoas também não o é e pretendemos que possa melhorar com a aplicação deste regulamento.

----- O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando que parte das suas questões já tinham sido colocadas, perguntando se o quadro sancionatório que foi elaborado resultou de uma estimativa de alguma consulta, da observação de outros regulamentos ou se foi apenas uma decisão no âmbito de penalizar quem polui e quem prejudica o ambiente.

----- O Senhor Vereador Lino Pintado para responder ao Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, afirmando que o quadro sancionatório não foi feito de forma casuística, tendo o departamento jurídico consultado outros regulamentos, mas foi adequado ao que entendemos ser a nossa realidade.

----- O Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, referindo que é natural que num serviço que é prestado pelo próprio Município existam um conjunto de regras,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

felicitando efetivamente as regras sancionatórias previstas no regulamento, informando que no futuro estes regulamentos serão dinâmicos, tendo em consideração que em 2018 foram aprovadas novas diretivas comunitárias e que algumas ainda não foram transpostas para a legislação nacional e que irão ter implicações no âmbito dos resíduos sólidos.

Por último sugeriu que de futuro os regulamentos, além dos resíduos sólidos, abranjam os resíduos líquidos, que também podem ser tratados com as regras previstas neste regulamento, ao contrário dos resíduos gasosos, pelo que deverão ser incluídas normas específicas para cada tipologia.

O Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, afirmando sentir-se satisfeito com este regulamento, que vai muito mais longe que o anterior e que vai ser um excelente instrumento para o Município na gestão dos resíduos, da salubridade e da higiene urbana, considerando, no entanto, que o mais importante será a mudança da atitude e do comportamento das pessoas.

O Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, e tendo em consideração que as pessoas são um grave problema desta equação, lançar um desafio ao Executivo, para que no próximo ano se apostasse mais em ações de sensibilização.

O Senhor Vereador Lino Pintado para agradecer as palavras do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, declarando que o grande eixo estruturante das políticas ambientais deste Município tem sido a educação ambiental e que o desafio lançado pelo Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP, é manter a aposta na sensibilização ambiental, na educação ambiental e na revolução das mentalidades, aproveitando para informar os presentes que a Câmara Municipal submeteu uma candidatura para a valorização dos bio resíduos.

O Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, questionando se no futuro estava prevista a construção de um centro integrado de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos.

O Senhor Vereador Lino Pintado informou o Senhor Deputado João Tiago, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que no modelo do sistema nacional de recolha e tratamento de resíduos os Municípios são responsáveis pela recolha, sendo o tratamento efetuado por uma entidade gestora em alta, que no nosso caso é a ERSUC, não existindo nenhum Município a fazer o tratamento dos resíduos, o que seria incomportável em termos orçamentais, porque no nosso caso as tarifas cobradas pela recolha dos lixos só cobre 61 % das despesas.

O Senhor Deputado José Manuel Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, para esclarecer que os Municípios são uma entidade de gestão de resíduos e promovem uma gestão em baixa, existindo depois as entidades que fazem a gestão de resíduos em alta, que estão divididas em entidades multimunicipais e intermunicipais e que são essas entidades que procedem ao tratamento dos resíduos com base em soluções técnicas de engenharia, que se chamam tecno sistemas. Portanto não podemos confundir as funções de cada uma das entidades gestoras. O Município é responsável pela gestão em baixa e a gestão em alta já não é efetuada pelo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município. -----

----- Não tendo sido apresentado qualquer outro pedido para intervir no período de apreciação e discussão do ponto nove do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, desde logo, o ponto à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, tendo a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia - alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - deliberado aprovar a proposta da Câmara Municipal de projeto final de Regulamento de Gestão de Resíduos, Salubridade e Higiene Urbana do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP e o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves e a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves, do Grupo Municipal PPD/PSD.

----- Anunciado o resultado da votação do ponto nove do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação do plenário a proposta subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que se encontra arquivada junto ao Livro de Atas, para que, nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo primeiro, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), as deliberações a que se referem os pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove do período da ordem do dia, sejam aprovados em minuta, para produzirem efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4, do artigo 53.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia - n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Submetida à votação das Senhoras e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD João José Rodrigues Gaspar e Fábio Alexandre Pereira Almeida, do Deputado Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos, do PCP, da Deputada Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva, do CDS-PP e a Deputada Lúcia Maria Rodrigues de Jesus, do PNT, zero votos contra e uma abstenção do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo. Na altura da votação, não se encontravam presentes o Senhor Deputado Aníbal José Franco Ferreira e a Senhora Deputada Ana Paula dos Santos Alves Allen, do Grupo Municipal do MIAP e o Senhor Deputado Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, a Senhora Deputada Maria Cristina Carvalho Campos de Melo Neves e o Senhor Deputado Victor Manuel Santiago Tavares, do Grupo Municipal PPD/PSD -----

----- Anunciado o resultado da votação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia. -----

----- Desde logo, deu início ao período de intervenção do público, nos termos do artigo trigésimo sétimo do RAMA, não tendo havido qualquer intervenção nesse período. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, que considerou marcante porque foi a primeira vez que estivemos online com toda a população que quis aderir, um marco que não é histórico mas que tenta fazer com que nós estejamos mais próximos dos nossos concidadãos, quando eram vinte e uma horas e cinquenta e nove minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Deputado Municipal,
em substituição da Segunda Secretária -